

FINANÇAS PÚBLICAS

2020/2021 (2.º Semestre – Turma A)

Regente: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira

A. PROGRAMA

INTRODUÇÃO

1. As finanças públicas ao serviço da comunidade
2. As finanças públicas e a economia: uma introdução genérica
3. Os bens públicos no centro das Finanças Públicas
4. A construção e a desconstrução do Direito Financeiro

PARTE I

Do Financiamento do Estado

CAPÍTULO I – FISCALIDADE

1. «Com os impostos pagamos civilização»
2. O imposto: um instrumento de liberdade
3. A longa história dos impostos
4. Breves notas sobre a evolução histórica dos impostos em Portugal
5. Rendimento, património ou consumo?
 - 5.1. Tributação do rendimento
 - 5.2. Tributação do património
 - 5.3. Tributação do consumo
6. Classificação dos impostos
7. Sistema fiscal português (uma breve perspectiva histórica)

- 7.1. O sistema fiscal e o 25 de Abril
8. Breve apresentação do sistema fiscal português
 - 8.1 Impostos, Receitas Tributárias por excelência
 - 8.2. Taxas
 - 8.3. Contribuições especiais
 - 8.4. Impostos e taxas
 - 8.5. O Sistema Fiscal Ideal?
9. Rendimento fiscal
10. Benefícios fiscais
11. Justiça fiscal
12. Legalidade fiscal
13. Capacidade contributiva
14. Eficiência
15. Novos Problemas, Novas Soluções
16. A evasão fiscal
 - 16.1. As térmitas fiscais
17. União Europeia e regras fiscais
18. Combate à evasão fiscal
19. A «Tobin Tax»
20. A evolução da tributação da economia digital
21. Arbitragem tributária

CAPÍTULO II – DÍVIDA PÚBLICA, RIQUEZA PRIVADA

1. Introdução
2. Conceito e modelos de dívida pública
3. Entre a dívida e o diabo
4. Como escapar ao Inferno e receber juros
5. As concepções optimistas sobre o recurso à dívida pública
6. A teoria clássica sobre a dívida pública

7. A revisão do pensamento financeiro clássico
8. A reabilitação da teoria clássica
9. A dívida pública portuguesa
 - 9.1. Perspectiva histórica
 - 9.2. A crise da dívida no final da Monarquia
 - 9.3. A dívida e a Primeira República
 - 9.4. Em busca do aval da Sociedade das Nações
 - 9.5. Política e Finanças Públicas: o Estado Novo
 - 9.6. A Revolução de Abril: as grandes esperanças
 - 9.7. O regresso à dívida externa
 - 9.8. Os mercados financeiros e a dívida pública portuguesa
10. Gestão da Dívida Pública
 - 10.1. Da Junta do Crédito Público ao Instituto de Gestão do Crédito Público
 - 10.2. Do Instituto de Gestão do Crédito Público à Agência da Tesouraria e da Dívida Pública – o reforço da tecnocracia
11. O novo regime geral de emissão e gestão da dívida pública
12. Modalidades de dívida
13. A dívida financeira do Estado
14. Os mercados secundários de dívida pública
15. As agências de rating
16. A sustentabilidade da dívida

CAPÍTULO III – DESPESAS PÚBLICAS

1. Uma nótula sobre as despesas públicas

PARTE II

ORÇAMENTO, CONTROLO FINANCEIRO E TRIBUNAL DE CONTAS

CAPÍTULO I – O ORÇAMENTO

1. Aspectos gerais
2. Conceito de Orçamento
3. A natureza jurídica do Orçamento
4. A natureza política e económica do Orçamento
5. O equilíbrio de poderes
6. O Orçamento do Estado e outros orçamentos
7. Regras e princípios fundamentais do Orçamento
 - 7.1. Plenitude orçamental: unidade e universalidade
 - 7.2. Anualidade (e plurianualidade)
 - 7.3. Equilíbrio orçamental
 - a) Critério clássico
 - b) Critério do activo de tesouraria
 - c) Critério do orçamento ordinário
 - d) Critério do activo patrimonial do Estado
 - 7.4. O equilíbrio nas Leis de Enquadramento Orçamental de 2001 e 2015
 - 7.5. Discriminação orçamental: não-compensação, não-consignação e especificação
8. Novos princípios orçamentais
 - 8.1. Economia, eficiência e eficácia
 - 8.2. Sustentabilidade
 - 8.3. Solidariedade recíproca
 - 8.4. Equidade intergeracional
 - 8.5. Transparência orçamental
 - 8.6. Estabilidade orçamental
9. Dinâmica Orçamental

CAPÍTULO II – O TRIBUNAL DE CONTAS NO UNIVERSO EM TRANSIÇÃO DO CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS

1. Generalidades
2. A Constituição de 1976 e o Tribunal de Contas
3. Modalidades de controlo
4. Do Tribunal de Contas em especial
5. A Lei n.º 48/2006. Um Tribunal para o século XXI?
6. O Tribunal de Contas na actualidade
7. As várias formas de controlo do Tribunal de Contas
8. A Assembleia da República, o Tribunal de Contas e o Sistema de Controlo Interno: uma colaboração necessária

PARTE III

SEGURANÇA SOCIAL, ESTADO SOCIAL, POBREZA E DESIGUALDADE; RENDIMENTO BÁSICO UNIVERSAL

CAPÍTULO I – AS FINANÇAS DA SEGURANÇA SOCIAL

1. Um longo caminho em busca da protecção social
2. Nada mais foi como dantes
3. A Segurança Social Pública Não se Abate
4. Em busca da segurança social universal
5. Finalmente uma Lei de Bases da Segurança Social
6. As Reformas do Século XXI. Novas Técnicas, Velhos interesses
7. Combater as dificuldades do sistema
8. O Rendimento Social de Inserção: Uma resposta à pobreza
9. A reforma da Segurança Social: Um campo de batalha económico e político
10. Evolução das receitas e das despesas da Segurança Social

CAPÍTULO II – A SEGURANÇA SOCIAL COMO PILAR DO ESTADO SOCIAL

1. Generalidades
2. Que direitos envolve o Estado Social?
3. Grandeza e miséria
4. Um edifício jurídico complexo?
5. Traímos o projecto social da Europa?
6. O Estado Social náufrago da globalização?

CAPÍTULO III – POBREZA E DESIGUALDADE

1. Olhares sobre a desigualdade
2. Não estamos todos no mesmo barco
3. Um debate já antigo sobre a história da desigualdade
4. Um rápido olhar sobre a desigualdade dos nossos dias
5. Alguns dados sobre a pobreza e a desigualdade em Portugal
6. Outros dados sobre desigualdades – outras latitudes
7. Desigualdade: o regresso da peste
8. Para melhor, está bem, está bem; para pior, já basta assim
9. Rendimento Básico Universal
 - 9.1. O conceito
 - 9.2. Uma breve perspectiva histórica
 - 9.3. O debate político
 - 9.4. Rendimento Básico Universal e trabalho

PARTE IV

FEDERALISMO FINANCEIRO

CAPÍTULO I – NOTAS DE TEORIA E PRÁTICA DO FEDERALISMO FINANCEIRO

1. Problemas de descentralização financeira

CAPÍTULO II – FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

1. A autonomia regional: evolução histórica e enquadramento geral
 - 1.1 A autonomia política das Regiões Autónomas
 - 1.2 Os poderes legislativos das Regiões Autónomas
 - 1.3 A cooperação entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais
2. Autonomia financeira
 - 2.1. Uma autonomia com limites
 - 2.2. As receitas regionais
 - 2.3. Dívida pública das Regiões Autónomas
 - 2.4. Receitas derivadas
3. Os acordos extraordinários
4. Património das Regiões Autónomas

CAPÍTULO III – FINANÇAS LOCAIS

1. Aspectos gerais
2. Em busca das regiões adiadas
3. Organizações de moradores: o que resta da Revolução?
4. Os municípios e a longa luta pela sua afirmação
5. O Orçamento Municipal – princípios e regras orçamentais
6. Os empréstimos municipais
7. O sector empresarial local
8. A transferência e delegação de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
9. Juntas de Freguesia: os parentes pobres

CAPÍTULO IV – FINANÇAS EUROPEIAS

1. Das Comunidades à União Europeia
 - 1.1. Criação de uma entidade supranacional europeia
 - 1.2. Breve relance sobre as Comunidades Europeias

- 1.3. O financiamento das Comunidades e da União Europeia
- 1.4. Rumo à reforma dos recursos próprios da União Europeia
- 1.5. As despesas da União Europeia
- 2. O orçamento europeu
 - 2.1. O processo orçamental
- 3. O Tribunal de Contas da União Europeia
- 4. A União Económica e Monetária e as finanças nacionais
 - 4.1. A Europa à procura de uma nova roupagem
 - 4.2. A União Monetária
 - 4.3. A União Económica

B. BIBLIOGRAFIA

1. Básica

FERREIRA, Eduardo Paz – com a colaboração de Patrícia Ponte Bastos, *Ensaio de Finanças Públicas*, Almedina, Coimbra, 2020.

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, AAFDL, Lisboa, 2020.

CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

FERREIRA, Eduardo Paz, *Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito*, Almedina, Coimbra, 2005.

FRANCO, António de Sousa, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, vols. I e II, 4ª edição, Almedina, Lisboa, 2015 (reimp.).

MARTINS, Maria d'Oliveira, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

PEREIRA, Paulo Trigo, AFONSO, António, ARCANJO, Manuela, SANTOS, José Carlos Gomes, *Economia e Finanças Públicas*, 5.ª ed., Escolar Editora, Lisboa, 2016.

2. Complementar

AZEVEDO, Maria Eduarda, *Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Quid Juris, Lisboa, 2018.

CABRAL, Nazaré da Costa, RODRIGUES, Nuno Cunha, *Finanças dos Subsetores*, Almedina, Coimbra, 2020.

MORENO, Carlos, *Finanças Públicas. Gestão e controlo dos dinheiros públicos*, Ed. UAL, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Paulo Trigo e NUNES, Francisco, *Economia e Finanças Públicas: da teoria à prática*, 5ª ed., Almedina, 2016.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Lições de Finanças Públicas*, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

ROCHA, Joaquim Freitas da, *Direito da Despesa Pública*, Almedina, Coimbra, 2019.

TAVARES, José F. F., *Estudos de administração e finanças públicas*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2014.

TEIXEIRA, António Braz, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, AAFDL, Lisboa, 1992.

Nota: A bibliografia sobre capítulos específicos do Programa será indicada ao longo do semestre.

C. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL (recomenda-se a consulta das versões actualizadas)

- Leis de Enquadramento Orçamental - Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro; Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
- Lei Geral Tributária- Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro;
- Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
- Regime da Administração Financeira do Estado - Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;
- Regime das Garantias Pessoais do Estado (Regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público) - Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro;
- Regime geral de Emissão e Gestão da Dívida Pública (Lei-quadro da dívida pública) - Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro;
- Estatutos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E - Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de Agosto;
- Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto;
- Estatuto do Conselho das Finanças Públicas - Lei n.º 54/2011, de 19 de Outubro;

- Pacto de Estabilidade e Crescimento (Versões de 1997 e 2005);
- «Six Pack» (5 Regulamentos e 1 Directiva);
- Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (Tratado Orçamental);
- «Two Pack» (2 Regulamentos).

(...)